

As Memórias de Braz Ponce Martins e a Imigração Espanhola para o Brasil

Gelise Cristine Ponce Martins

Resumo: O presente trabalho discute a imigração espanhola para o Brasil, através de um estudo de caso: o da família Ponce. Elege-se como fonte histórica a autobiografia de Braz Ponce Martins, *Memorial de um século de cafeicultores* (2003). Braz era filho de imigrantes espanhóis que adentraram pelo porto de Santos, para trabalhar como colonos nas fazendas de café do Oeste Paulista, na virada do século XIX para o XX. O embasamento teórico-metodológico da pesquisa centra-se nas discussões sobre memória, tendo como referência autores como Halbwachs, Pollack, Ricoeur, Ecléa Bosi, entre outros; a fim de justificar sua importância para o estudo da história. A memória individual é relevante porque se apóia na memória coletiva, pois todo indivíduo está inserido em um grupo. Para evocar seu passado, o indivíduo apela para lembranças que existem fora dele, nos outros, na sociedade. Portanto, a memória é constituída por acontecimentos pessoais e por aqueles vividos pela coletividade ao qual a pessoa se sente pertencer. Parte-se da premissa que, toda história de vida faz parte da história geral. Esta que por sua vez, é feita por pessoas comuns. Não obstante os críticos da memória coloquem-na como distorcida pela deterioração física da velhice, os idosos, quando deixam de serem membros ativos na sociedade assumem a função própria de lembrar; e sua memória pessoal passa a ser uma memória familiar, social e grupal. Como a autobiografia é redigida no presente por alguém que considera seu passado digno de registro e não olha para o ontem de modo descompromissado, é preciso realizar uma crítica da fonte. Esta foi feita pelo intercruzamento de informações obtidas por fontes diferentes. No caso, através do levantamento bibliográfico acerca da imigração espanhola para o Brasil e de entrevistas com alguns familiares, baseadas na metodologia da história oral. Selecionamos as narrativas concernentes às origens de Braz Ponce Martins, onde ele reconstrói o passado da família, a partir dos documentos que possui sobre seu pai e das histórias que sua mãe contava. A respeito do contexto histórico, a família Ponce se insere no período de imigração em massa (1880-1930). No trabalho destacam-se os motivos que levaram os espanhóis a imigrar (pobreza, crises na agricultura, necessidade de trabalho, sonho de obter terras na América) de onde partiam e onde se estabeleciam; a política do governo brasileiro para atrair os trabalhadores europeus; os sistemas de trabalho (parceria, colonato). Por fim, enfatiza-se como ocorria o acesso às terras, recorrendo-se a um debate historiográfico sobre a mobilidade social dos espanhóis, se conseguiram ou não se tornarem pequenos proprietários. E se estes foram assimilados pela sociedade brasileira ou preservaram sua identidade cultural. Pautando-se no fato das fontes sobre a imigração espanhola serem precárias e praticamente não existirem depoimentos escritos por estes imigrantes e seus descendentes, como alegam os especialistas no assunto, pode-se concluir que, a autobiografia de Braz Ponce Martins é um documento interessante para o estudo do terceiro maior contingente de imigrantes que adentram no Brasil.

Palavras-chave: Imigração, Memória, Biografia, História Oral

O trabalho que se segue, tem por objetivo discutir a imigração espanhola para o Brasil, a partir de um estudo de caso, o da família Ponce, de acordo com a autobiografia de Braz Ponce Martins, *Memorial de um Século de Cafeicultores* (2003). Contextualizando-a, através do levantamento bibliográfico acerca da temática.

Primeiramente, segue-se uma breve biografia de Braz Ponce Martins e as condições em que foram escritas suas memórias. Nascido em 21 de abril de 1929, em Promissão, no Estado de São Paulo. Filho de imigrantes espanhóis, Gines Ponce Alarcon, oriundo de Almeria e Soledad Martins Garcia, proveniente de Granada, que desembarcaram no porto de Santos para trabalhar como colonos nas fazendas de café em São Paulo, na virada do século XIX para o XX (PONCE MARTINS, 2003).

O livro começou a ser redigido no ano de 2000, na máquina de datilografar. No processo de rememoração, Braz reuniu diversas cartas, fotos e diários e documentos antigos. O resultado foi um livro de 128 páginas, ilustrado com várias fotos da época, intitulado *Memorial de um Século de Cafeicultores*. Foram impressos, autografados e distribuídos cerca de dois mil exemplares, para os familiares e amigos, em sua festa de aniversário de 74 anos, no ano de 2003. Em 2004, Braz veio a falecer acometido por um câncer generalizado.

Neste trabalho foram selecionadas apenas as narrativas que concernem à história das origens de Braz Ponce Martins, referentes à imigração de sua família da Espanha para o Brasil. Através dos documentos que possui sobre seu pai¹ e das histórias que sua mãe lhe contava, Braz reconstrói o passado da família, relacionando-o a fatos históricos. Suas referências a eventos específicos deram margem para maior investigação. Visto que, de acordo com Santos (2005), a citação de datas, locais e fatos de domínio público permitem a construção de um contexto mais próximo do real, incluído nos acontecimentos sociais, econômicos e políticos.

Em relação às concepções teórico-metodológicas que embasaram a pesquisa, deve-se justificar a escolha de uma fonte literária. Uma autobiografia poderia ser utilizada como fonte para a história? Segundo Halbwachs (2004), a memória individual não está inteiramente isolada, fechada. Para evocar seu próprio passado, um homem tem a necessidade de apelar às lembranças dos outros, a pontos de referências que existem fora dele, na sociedade. A memória autobiográfica se apóia na memória social, pois toda a história de vida faz parte de uma história geral.

Não existe lembrança decorrente da imaginação pura e simples, ou de uma representação histórica exterior. As lembranças dos outros reforçam e completam as do indivíduo, na medida em que se relacionam com os eventos que constituem seu passado. Pois cada um é membro de vários grupos ao mesmo tempo. (HALBWACHS, 2004).

Logo, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são, em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os “vividos por tabela”, no dizer de Pollak (1992), ou seja, pelo grupo e pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. A identificação com este passado é tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

A memória constitui um elemento essencial de identidade, da percepção de si e dos outros (ROUSSO, 2001). Para Paul Ricoer, é mais do que simples objeto da história, pois a memória permanece como a guardiã de algo que efetivamente ocorreu e aproxima-se da História pela sua “ambição de veracidade” (apud SILVA, 2002).

Portanto, a memória pessoal transforma-se em fonte histórica, justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu. Neste sentido, um texto de memória autobiográfica é forma singular mais acabada de uma memória coletiva (MALUF, 1995).

Entretanto, de acordo com Calligaris (1998), diários íntimos e autobiografias

respondem a necessidade de confissão, justificação ou de invenção de um novo sentido. Onde o indivíduo concebe sua vida não como uma confirmação de regras e dos legados da tradição, mas como uma aventura para ser inventada.

Para Aguiar (1997), a autobiografia é reconstrução do passado a partir da perspectiva de alguém que considera sua história digna de registro e nunca olha para o ontem de modo descompromissado. Quem a redige situa-se no presente e refere-se ao passado evocando, avaliando e analisando o que viveu. Os críticos da memória colocam-na como não confiável como fonte histórica, alegando ser distorcida pela deterioração física e nostalgia da velhice (THOMPSON; FRISCH; HAMILTON, 2001).

Por outro lado, Bosi (1994) em seu estudo sobre memórias de velhos, entrevistando pessoas maiores de 70 anos, demonstrou que, nas lembranças de idosos, é possível verificar uma história social bem desenvolvida. Quando os idosos deixam de serem membros ativos na sociedade, assumem a função própria de lembrar. E sua memória pessoal passa a ser uma memória social, familiar e grupal. Bosi (1994) afirma que, a autobiografia, a narração da própria vida, constitui-se no testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoas tem de lembrar.

Assim sendo, os historiadores têm de estudar a memória como uma fonte histórica, elaborar uma crítica da confiabilidade da reminiscência, no teor da crítica tradicional dos documentos históricos (BURKE, 2000). Visto que até a mais subjetiva das fontes, tais como uma história de vida individual, podem sofrer uma crítica, por cruzamento de informações obtidas a partir de fontes diferentes (POLLAK, 1992). Embora toda fonte histórica derivada da percepção humana seja subjetiva (THOMPSON, 1992).

No campo da história da memória, a função da testemunha não tem por que ser diferente daquela que lhe é atribuída na historiografia em geral, cabendo ter com ela as mesmas precauções (ROUSSO, 2001). Sendo indispensável reconstruir o contexto em que age o indivíduo (LEVI, 2001). Deste modo, a crítica da fonte foi realizada como a de todo documento escrito, isto é, através da confrontação com outras fontes. Mais especificamente, a bibliografia básica sobre a imigração espanhola, contextualizando as informações obtidas na narrativa memorialística.

O relato autobiográfico pode ser enriquecido mediante entrevistas a pessoas próximas do protagonista (GONZÁLES MARTÍNEZ; NARANJO OROVIO, 1984). Uma vez que os acontecimentos da vida do indivíduo que se fazem mais presentes, são também os gravados na memória dos grupos mais chegados a ele (HALBWAHS, 2004). Diante disso, entrevistamos Mariana Gonçalves Martins, esposa de Braz e seu filho, Gines Ponce Martins, baseando-nos na metodologia da história oral.

História Oral é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (QUEIROZ, 1991).

A entrevista é a forma mais difundida da coleta de dados orais. Supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador, este último que a dirige, através de um roteiro previamente estabelecido ou aparentemente sem roteiro, mas conforme uma sistematização. Elas fornecem dados originais ou completam os já fornecidos por outras fontes (QUEIROZ, 1991). No presente trabalho, o roteiro de perguntas foi previamente elaborado, a fim de esclarecer alguns pontos da autobiografia. As entrevistas realizadas se encontram gravadas e transcritas e foram utilizados apenas alguns trechos.

Com a finalidade de avaliar o processo migratório em que se insere a família de Braz, remonta-se, brevemente, às condições da Europa e da América, no século XIX e início do

XX. Destacam-se os principais motivos que levaram os espanhóis a imigrarem; de onde partiam e onde se estabeleciam; as políticas de imigração promovidas pelo Brasil; as formas de trabalho em que os imigrantes atuaram. Distinguem-se as ondas migratórias (antes de 1880, 1880-1930 e pós 1950), os tipos de imigração (subsidiada ou não, individual ou familiar, permanente ou com retorno). Por fim, enfatiza-se como ocorria o acesso à propriedade de terras.

A família de Braz vem para o Brasil no período conhecido como de imigração em massa, que se estendeu de 1880 a 1930.² Antes de 1880, a imigração espanhola não havia alcançado dados significativos, porque o Brasil não era o país de destino escolhido pela maioria, que preferia imigrar para a Argentina, Cuba ou outros países latinos, devido há vários fatores, como a afinidade lingüística (GONZALEZ MARTÍNEZ, 2000). Como a maioria dos espanhóis, os pais de Braz são provenientes do sul da Espanha e emigram com a passagem subsidiada, para trabalhar nas fazendas de café do Oeste Paulista (CÁNOVAS, 2005).

A principal causa da imigração é a pobreza. A região mais assolada pela fome foi a Andaluzia, principalmente a província de Almeria. A crise na agricultura era provocada por fatores naturais, como epidemias, secas e chuvas de granizo; ou por problemas como a adversidade na organização da propriedade e do trabalho. Os andaluzes correspondiam à maioria dos que se declaravam agricultores, dirigiam-se às fazendas de café paulistas, em núcleos familiares, através de Gibraltar, sem a intenção de retornar (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000).

Os imigrantes espanhóis que se dirigiam para outros estados estabeleciam-se em grandes capitais e trabalhavam preferencialmente em setores do comércio. Esta consistia numa imigração individual, não participante da política de subsídio, onde prevaleciam homens solteiros. Representavam cerca de 70% dos espanhóis vindos ao Brasil, geralmente oriundos da Galícia, no norte da Espanha (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000).

Portanto, os imigrantes espanhóis podem ser divididos em dois grupos: os provenientes do norte, que imigravam individualmente e costumavam retornar ricos à Espanha; e os dos sul, fugitivos da miséria do campo, que imigravam definitivamente com a família (MARTINS, 1989).

Entre os anos de 1930 e 1945, verifica-se uma queda acentuada na entrada de espanhóis no Brasil, devido à crise mundial, à guerra civil espanhola e à Segunda Guerra (AGUIAR, 1991). Após 1950, retoma-se o impulso imigratório, mas em quantidades muito reduzidas. Os espanhóis que chegam a partir desta data, constituem-se em mão de obra qualificada para a incipiente indústria brasileira (GONZÁLES MARTINEZ, 2000).

Grande parte dos espanhóis que chegavam ao Brasil vinha de portos estrangeiros e viajavam em navios italianos, franceses e alemães³. O tráfego mais intenso ocorria nos portos de Leixões e Gibraltar, inclusive, neste último, havia uma agência de recrutamento de imigrantes. Por estar próxima ao porto de Gibraltar, a região da Andaluzia era a mais afetada (GONZALES MARTÍNEZ, 2000).

O recrutamento era realizado pelos *ganchos*, emissários enviados às províncias, com o objetivo de oferecer as passagens gratuitas. No caso dos interioranos, estes viajavam de trem, eram alojados em albergues, após três dias de caminhada chegavam ao porto, onde eram registrados como moradores da região e esperavam dias por um navio (GONZALES MARTÍNEZ, 2000).

Em suma, o fenômeno migratório internacional obedece a fatores de expulsão e atração. No século XIX e XX, os fatores de expulsão na Europa, consistiam na mudança do direito sobre a terra, suscitada pela variação da produtividade das colheitas, em resposta ao crescimento populacional. E a possibilidade de obter terra na América, era o maior fator de atração para todos os imigrantes. Na Europa, a terra era cara e a mão-de-obra abundante, na América, a terra abundante e a mão-de-obra escassa (KLEIN, 2000). Deste modo, o fenômeno

migratório tem motivações de natureza econômica: a necessidade do trabalho e da permanência (AGUIAR, 1991).

No Brasil, a partir da vinda da Corte de D. João, em 1808, inicia-se uma política de colonização que visava recorrer aos imigrantes europeus para povoar áreas desocupadas com pequenas propriedades policultoras, com base no trabalho familiar (PETRONE, 1984). Até 1850, privilegiando-se camponeses da Europa central, foram fundados diversos núcleos coloniais, com o objetivo de resolver o problema da produção de gêneros alimentícios no país, principalmente nas províncias meridionais: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como nem todos prosperavam, esta política sofreu feroz oposição dos cafeicultores paulistas (NADALIN, 2000)

A abolição do tráfico de escravos coincidiu com a expansão do café no Oeste Paulista, devido ao declínio da produção no Vale do Paraíba. Alguns fazendeiros começaram a fazer experiências com o trabalho livre, recorrendo ao imigrante (STOLCKE, 1986). Estas se iniciaram com o sistema de Parceria⁴, forma padronizada de divisão da colheita. Os fazendeiros pagavam as despesas de transporte da Europa para São Paulo e adiantavam fundos até que colhessem alimentos nos lotes de terra que lhe cabiam. E esperavam que os imigrantes os reembolsassem por todas as despesas (HOLLOWAY, 1984). Esta dívida inicial anulava o incentivo da remuneração em forma de uma proporção da produção, fazendo com que os imigrantes voltassem toda sua atenção às suas próprias lavouras de subsistência e não ao café (STOLCKE, 1986).

O sistema de Parceria gradativamente foi abandonado pelos grandes proprietários, desaparecendo no Oeste Paulista na época da abolição da escravatura. Por todo período de fins da década de 1880 até 1930, o contrato de colono foi estabelecido como forma de organização do trabalho nas fazendas de café (HOLLOWAY, 1984).

O colonato caracteriza-se pela combinação de um pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador (MARTINS, 2004). Alimentos como o milho, feijão e arroz eram plantados entre as ruas de café (agricultura intercalar) e o colono poderia ganhar um pagamento extra, trabalhando como assalariado na própria fazenda ou em outra vizinha. Também tinha direito à moradia, à horta e a alguns animais (MARTINS, 1989).

Braz não possui documentos sobre sua mãe, que se perderam nos incêndios ocorridos nos ranchos de sapê em que habitava sua família. Não sabendo ao certo quando a mãe mudou-se para o Brasil, somente que nasceu em 1889 e que seus pais e irmão eram colonos. Já seu pai imigrou em 1897, com 11 anos incompletos, e cresceu na região de Ribeirão Preto, trabalhando em fazendas de café como colono (PONCE MARTINS, 2003).

É interessante observar que, os espanhóis encontraram as relações do colonato modificadas. Devido à imigração tardia (os espanhóis chegam em maior número após 1905), não substituíram a mão-de-obra escrava, e sim, os imigrantes italianos⁵ (GONZÁLES MARTÍNEZ, 2000). Após o deslocamento do café em São Paulo, do Oeste Velho para o Oeste Novo, finda-se a agricultura intercalar de subsistência e o colono é obrigado a trabalhar no cafezal e em sua própria roça, sendo forçado a introduzir o trabalho de sua esposa e filhos pequenos (MARTINS, 1989).

O imigrante espanhol se fixou nas regiões novas de café, onde as terras eram menos férteis e mais caras. O que contribuiu para que poucos espanhóis se tornassem proprietários. E mesmo depois da crise do café⁶, que destruiu o sistema latifundiário, quando empresas capitalistas faziam propaganda de terras ao imigrante com tamanho e preço acessível, poucos espanhóis tiveram acesso a terra.

Os poucos espanhóis que adquirem seu pedaço de chão, ainda possuíam propriedades menores que a dos demais imigrantes. De acordo com dados de 1920, as propriedades

espanholas possuíam um tamanho médio de 59 hectares; as dos portugueses, 113 hectares; dos italianos, 78 e dos japoneses 82 hectares. Também não existem registros de grandes capitalistas espanhóis em São Paulo (MARTINS, 1989).

Em síntese, a imigração espanhola foi, caracteristicamente, imigração de mão-de-obra, pouco diversificada e pouco qualificada. O imigrante chegou numa época de poucas oportunidades, e ele próprio era dos menos preparados para aproveitá-los, caso existissem. O que leva Martins (1989) a concluir que, os espanhóis deste período estão entre os mais pobres e os de menor mobilidade social. Além de que, comparado aos italianos e japoneses, que mantiveram sua identidade cultural, foi, provavelmente, juntamente com o português, o imigrante mais facilmente assimilado.

O espanhol desapareceu na sociedade brasileira sem deixar sinal. Nem mesmo ficou a memória dessa diferença (...). Não há estudos publicados sobre a imigração espanhola neste período. Também não há relatórios, crônicas de viagem de autoridades espanholas, escritores, jornalistas, missionários, como há em abundância em relação a outros grupos nacionais, particularmente o italiano, ricos em informações sobre as condições de vida dos imigrantes. Mesmo os jornais de língua espanhola trazem muito pouca informação sobre o imigrante espanhol no Brasil (MARTINS, 1989, p.12).

Já Holloway (1984), demonstra com dados estatísticos, como a partir da década de 1930, os estrangeiros, dentre os quais espanhóis, adquiriram inúmeras propriedades em São Paulo. Em um estudo de caso, Cánovas (2001) mostra como a família de seus entrevistados, moradores de uma colônia espanhola no interior paulista, adquiriam terras, num período em que estas estavam bastante valorizadas, em meados da década de 1910. Klein (1994) vai mais longe, dizendo que o valor das fazendas dos espanhóis era maior do que o de qualquer outro grupo, inclusive italianos e japoneses.

Portanto, há um debate na historiografia sobre a mobilidade social dos colonos (STOLCKE, 1986). Não obstante Martins (2004) seja categórico ao afirmar que a ascensão pelo trabalho era um mito. A história da família de Braz Ponce Martins parece se encaixar melhor na tese de que os imigrantes conseguiram se estabelecer como pequenos proprietários.

Quando Gines se casa com Soledad em 1910, seu capital inicial consistia em duas franguinhas. Continuaram trabalhando como colonos nas redondezas de Ribeirão Preto. Em 1916, trabalharam na formação de café pelo sistema de empreitada, em Penápolis. Suas primeiras terras foram compradas em Birigui e logo vendidas. As terras compradas em Promissão tinham 45 alqueires, onde a família viveu até 1938 (PONCE MARTINS, 2003).

O lugar chamava-se Bairro do Barreiro, era um verdadeiro “gueto” espanhol. Ali moravam os Serras, Sanches, Gimenes, Parras, Camachos, Hernades e muitos outros que não me lembro os sobrenomes (...). Um fato curioso é que todos os habitantes do bairro falavam castelhano entre si. (...) começamos a falar o “portunhol” (PONCE MARTINS, 2003, p.8).

Se a média das propriedades espanholas era de 59 hectares, aproximadamente 24 alqueires, pode-se afirmar que, uma das primeiras terras compradas pelos pais de Braz tinha quase o dobro do tamanho médio firmado pelas estatísticas de 1920. Martins (1989) alega que, os poucos espanhóis que tiveram acesso a terra, conseguiram-na por causa da crise de 1929. No entanto, os Ponce já estavam estabelecidos e a crise só os prejudicava. *Após a crise do café e a pouca produção papai parece desanimar* (PONCE MARTINS, 2003, p.14).

Em 1934, um corretor da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)⁷ apareceu na casa de Braz oferecendo as famosas terras roxas. As empresas privadas de colonização ofereciam condições relativamente fáceis de compras de terras, porque sabiam que sua clientela eram pessoas de recursos financeiros limitados (STOLCKE, 1986). Eram vendidos no máximo 10 alqueires, mas seu pai, usando nomes de outras pessoas, adquiriu 140 alqueires. *As compras das terras foram mais distantes de Londrina, Nova Dantizg e Rolândia, marcou-as na Água do Elefante, divisando-a com terras devolutas* (PONCE MARTINS,

2003, p.15).

De acordo com Martins (1989), todo imigrante que enriqueceu no Brasil havia chegado com algum capital. A cargo de exemplo, ele conta a história da família Matarazzo, cujo pai era nobre e o filho aristocrata e que ainda recebia dinheiro do governo italiano, que visava manter a lealdade de seus súditos ricos.

Devido às limitações deste trabalho, não podemos relatar toda a história de vida de Braz Ponce Martins. Apenas resumir que, o filho de espanhóis pobres, foi um dos tantos migrantes anônimos que participaram do processo de abertura de novas frentes cafeeiras. Inicia sua trajetória de cafeicultor com apenas sete alqueires de terra, herdados após a divisão das terras de seu pai e consegue prosperar.⁸

Quanto à idéia de que os imigrantes espanhóis foram assimilados rapidamente pela sociedade brasileira. O fato de Braz ter passado a infância em uma colônia espanhola e ter se casado com uma descendente de espanhóis, demonstra que a identidade cultural foi preservada. Sua esposa, Mariana Gonçalves Martins, é filha de Ana Maria Gil Marin, que veio da província de Múrcia, em 1913. E seu pai, Romão Gonçalves Marin também era filho de espanhóis.⁹

Mariana costuma praticar a culinária espanhola até os dias atuais. Entre as receitas que aprendeu com a mãe e a sogra, cozinha frequentemente *migas*, *puchero*, *tortilla*, *paella*, entre outras. E sua mãe, Ana Maria, apesar de ter imigrado com apenas dois anos de idade e não ter retornado à Espanha, falava em espanhol com a família, tendo um pouco de dificuldade com o português. Sinal de que a língua nativa continuava a ser falada ainda no Brasil.¹⁰

Pode-se concluir que, esta parte inicial das memórias de Braz Ponce Martins constitui uma fonte interessante sobre a imigração espanhola para o Brasil, diante da falta de estudos acerca do tema. Como comentam pesquisadores do assunto, pautados pela inexistência ou precariedade das fontes, inclusive depoimentos escritos por estes imigrantes e seus descendentes, majoritariamente pobres e analfabetos (ANTONACCI, 2002). Em se tratando do terceiro maior contingente de imigrantes, depois dos italianos e portugueses (AGUIAR, 1991), que logicamente auxiliaram na construção da identidade cultural da sociedade brasileira, trata-se de uma lacuna grave.

Bibliografia

- AGUIAR, Cláudio. *Os espanhóis no Brasil: contribuição ao estudo da imigração espanhola no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da Memória: um estudo sobre Pedro Navas*. São Paulo: Edusp, 1997.
- ALBUQUERQUE, Mário Marcondes de. O norte novo do Paraná. In: *Grandes regiões e grandes pioneiros*. Curitiba: Littero-Técnica, 1995.
- ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. Atravessando el Atlântico: Escenarios migratórios. *Historia Antropología y Fuentes Orales*, Barcelona, v. 28, p. 03-31, 2002
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/1.
- CÁNOVAS, Marília Dalva Klaumann. *A emigração espanhola e a trajetória do imigrante na cafeicultura paulista: o caso de Villa Novaes, 1890-1930*. São Paulo, Tese de Mestrado, FFLCH/USP, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

- GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina. Los inmigrantes invisibles: condiciones de vida e identidad de los españoles en São Paulo, en la segunda mitad del siglo XX. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, Tel Aviv-Israel, v.11, n.1, enero/junio, 2000.
- GONZÁLES MARTINEZ, Elda Evangelina; NARANJO OROVIO, Consuelo. Notas bibliográficas sobre la emigración española a América Latina em el siglo XX: El caso de Cuba y Brasil. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, C.I.S/REIS, n. 26, p.215-226, abril/junio, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café: Café e Sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.
- KLEIN, Herbert S. *A imigração espanhola para o Brasil*. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1994.
- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Bóris (org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8(supl), p.49-90, 1974.
- MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História*, São Paulo, FFLCH/USP, n.121, p. 5-26, agosto/dezembro, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PONCE MARTINS, Braz. *Memorial de um Século de Cafeicultores*. Cianorte: Gráfica e Editora Bacon Ltda, 2003.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão).
- QUEIROZ, Maria Pereira de. Introdução. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 44, p.425-438, 2002.
- STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. (coord). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- THOMPSON, Paul. A memória e o eu. In: *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Endereços eletrônicos

www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/Espanhol.html. Data de acesso: agosto de 2004.

¹ Consta no Livro de “Matrícula de Imigrantes”, nº 61, folha nº 09, lançamento nº 29 que, Gines Ponce, de nacionalidade espanhola, chegou ao Brasil no navio “Les Alpes”, via Santos em 18/11/1897, com 10 anos, tendo como destino “Casa Branca”.

² De 1877 a 1930, adentraram no Brasil 3.797.611 estrangeiros. Enquanto que, no período anterior, de 1808 até 1876, somente 350.177 e no posterior, de 1931 a 1963, entraram 1.106.404 (LEVY, 1974).

³ www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/Espanhol.html. Data de acesso: agosto de 2004.

⁴ Entre os pioneiros deste sistema, destaca-se a figura do senador Vergueiro que a partir de 1840, antes da cessação do tráfico de escravos, começou a atrair imigrantes para sua fazenda de café, Ibicaba, na região de Limeira, no Oeste Paulista. Os resultados vantajosos obtidos nos primeiros tempos encorajaram outros fazendeiros a contratar também colonos de parceria, muitos intermediados pela firma Vergueiro e Cia. Porém, a partir da insurreição dos colonos em Ibicaba, em 1857, liderada pelo suíço Tomaz Davatz, o sistema de parceria perdeu o prestígio. Os colonos se sentiam equiparados à condição de escravos e os proprietários, burlados em seus interesses (COSTA, 2007).

⁵ Após o decreto de Prinetti, os italianos são proibidos de imigrar com passagem subsidiada, devido às denúncias de maus-tratos divulgadas pela imprensa européia. Em 1911, o governo espanhol promulga o Real Decreto, com a mesma proibição. Porém, se os italianos deixam de imigrar, com os espanhóis ocorre o efeito inverso, pois entre 1910 e 1914, registra-se o maior número de imigrantes adentrados no Brasil: 143.485 indivíduos (MARTINS, 1989).

⁶ A depressão internacional de 1929 atingiu o Brasil no momento de uma grande safra. Sendo impossível vender os imensos estoques acumulados de café, nem manter o programa de sustentação de preços, adotado desde o início do século XX. O governo federal passou a incinerar o café excedente a fim de reter a queda dos preços. Os pequenos proprietários saíram-se melhor da crise, porque podiam se sustentar com a venda de gêneros alimentícios cultivados intercaladamente (STOLCKE, 1986).

⁷ A CTNP foi fundada em 1924, por um grupo inglês que, impressionado pela fertilidade das terras roxas, obteve concessões do Estado entre os Rios Paranapanema, Ivaí e Tibagi. Vendida a um consórcio brasileiro em 1947, tornou-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (ALBUQUERQUE, 1995).

⁸ Ao longo de sua vida, Braz chegou a adquirir 415 hectares no Paraná e cerca de 1250 hectares no Mato Grosso. Segundo seu filho Gines Ponce Martins, entrevistado em agosto de 2004.

⁹ Dados obtidos através da entrevista realizada com o filho de Mariana e Braz, Gines Ponce Martins, em agosto de 2004.

¹⁰ Conforme entrevista feita com Mariana Gonçalves Martins, em agosto de 2004.